

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
Fax: +55 85 3392-5659
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Diretores da
Ribeiro Gonçalves Holding S.A.
Teresina - PI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ribeiro Gonçalves Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Shape the future
with confidence

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Reconhecimento da receita de venda de geração de energia elétrica

A receita das controladas da Companhia proveniente da venda de geração de energia é reconhecida quando a obrigação de *performance* é satisfeita e é mensurada com base no consumo da energia gerada e no preço por megawatt hora (MWh) especificado nos termos dos contratos de fornecimento, conforme regime de competência. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo consolidado de contas a receber derivado da geração de energia é no montante de R\$ 14.455 mil e está divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O cálculo da receita de geração de energia elétrica foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades dos contratos de fornecimento, o qual leva em consideração dados qualitativos e quantitativos, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e da implementação dos controles internos chave sobre faturamento e reconhecimento desta receita; (ii) efetuamos o resumo dos contratos de venda de energia; (iii) recalculamos os saldos de receita e contas a receber confrontando com os saldos contábeis; (iv) avaliamos os principais dados utilizados, como volume (MWh) e os preços previstos nos contratos, índices utilizados (IPCA), confrontando com as informações disponibilizadas pela CCEE; (v) inspeção documental e recebimento subsequente; e (vi) revisamos as divulgações relevantes sobre esse assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita de venda de geração de energia elétrica que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Shape the future
with confidence

Teste de recuperabilidade do ativo imobilizado

Anualmente, a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) dos saldos de ativo imobilizado e direito de uso de suas controladas, conforme divulgados na nota explicativa nº 10.c das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As projeções preparadas para realização dos testes de recuperabilidade envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios. Em razão do alto grau de julgamento envolvido e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa; (ii) envolvimento de especialistas em avaliação para revisão da taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa; e (iii) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo imobilizado, de acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo imobilizado preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 10.c, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping loops and lines, positioned above the printed name of the signatory.

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC-PE021265/O

Ribeiro Gonçalves Holding S.A

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	6	14.191	32.413	90.539	36.991	Fornecedores	11	1.946	1.004	10.846	4.409
Fundos vinculados	6	16	13.321	16	30.385	Financiamentos	12	27.939	327.431	31.650	327.431
Contas a receber	7	-	-	14.455	7.734	Debêntures	13	3.242	9.587	3.242	9.587
Tributos a recuperar		315	1	180	1	Obrigações tributárias		-	4	-	222
IR e CS a recuperar		15.123	13.032	15.131	13.040	IR e CS a recolher		2	118	1.758	678
Despesas pagas antecipadamente		459	1.156	1.832	3.679	Obrigações sociais e trabalhistas			134	250	496
Estoques		110	111	2.029	1.081	Partes relacionadas	21	15.010	29.658	-	-
Dividendos a receber	21	4.511	4.691	305	-	Outras contas a pagar		-	260	-	260
Partes relacionadas	21	84.042	80.806	-	-						
Instrumentos financeiros derivativos		-	14.125	-	14.125						
Outras contas a receber		37	-	8	-						
Total do ativo circulante		118.804	159.656	124.495	107.036	Total do passivo circulante		48.139	368.196	47.746	343.083
Não circulante											
Fundos vinculados		24.335	-	45.096	-	Financiamentos	12	523.112	371.869	717.255	371.869
Despesas pagas antecipadamente		-	290	-	290	Debêntures	13	84.586	70.469	84.586	70.469
Outras contas a receber		3	1	1	2	IR e CS a recolher		-	2.354	-	2.354
						Provisão para desmobilização	9	92.939	89.796	92.939	89.796
						Outras contas a pagar		-	-	-	-
Total do realizável a longo prazo		24.338	291	45.097	292	Total do passivo não circulante		700.637	534.488	894.780	534.488
Investimentos	8	463.063	858.638	-	-	Total do passivo		748.776	902.684	942.526	877.571
Direito de uso	9	82.245	84.293	82.245	84.293	Patrimônio líquido					
Imobilizado	10	170.121	168.387	799.870	1.054.452	Capital social	14	447.349	400.047	447.349	400.047
Intangível		563	566	1.177	645	Prejuízos acumulados		(336.991)	(35.468)	(336.991)	(35.468)
						Outros resultados abrangentes	14	-	4.568	-	4.568
Total do ativo não circulante		740.330	1.112.175	928.389	1.139.682	Total do patrimônio líquido		110.358	369.147	110.358	369.147
Total do ativo		859.134	1.271.831	1.052.884	1.246.718	Total do passivo e patrimônio líquido		859.134	1.271.831	1.052.884	1.246.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ribeiro Gonçalves Holding S.A

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	15	-	-	139.239	56.260
Custos de operação	16	-	-	(108.031)	(33.264)
Lucro bruto		-	-	31.208	22.996
Despesas gerais e administrativas	17	(5.449)	(5.634)	(5.694)	(5.581)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1.527	1.465	1.597	909
Perda por redução ao valor recuperável (impairment)	10c	-	-	(231.524)	-
Resultado com equivalência patrimonial	8	(213.498)	20.567	-	-
(Prejuízo) lucro antes das receitas e despesas financeiras		(217.420)	16.398	(204.413)	18.324
Receitas financeiras	18	6.217	2.196	14.391	2.219
Despesas financeiras	18	(90.320)	(52.243)	(104.442)	(52.492)
		(84.103)	(50.047)	(90.051)	(50.273)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(301.523)	(33.649)	(294.464)	(31.949)
Imposto de renda e contribuição social	19	-	-	(7.059)	(1.700)
Prejuízo do exercício		(301.523)	(33.649)	(301.523)	(33.649)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ribeiro Gonçalves Holding S.A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(301.523)	(33.649)	(301.523)	(33.649)
Outros resultado abrangentes				-
Resultado do hedge de fluxo de caixa	(4.568)	8.095	(4.568)	8.095
Resultado Abrangente total	(306.091)	(25.554)	(306.091)	(25.554)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ribeiro Gonçalves Holding S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora e consolidado				Total
	Capital social		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	
	Capital subscrito	Capital a integralizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	384.957	(4.910)	(3.527)	(1.819)	374.701
Aporte de capital	20.000	-	-	-	20.000
Reserva de hedge	-	-	8.095	-	8.095
Prejuízo do exercício	-	-	-	(33.649)	(33.649)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	404.957	(4.910)	4.568	(35.468)	369.147
Aporte de capital	42.392	-	-	-	42.392
Integralização de capital	-	4.910	-	-	4.910
Reserva de hedge	-	-	(4.568)	-	(4.568)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(301.523)	(301.523)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	447.349	-	-	(336.991)	110.358

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ribeiro Gonçalves Holding S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes dos tributos	(301.523)	(33.649)	(294.464)	(31.949)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de				
Atividades operacionais:				
Depreciação	10	-	28.012	16.340
Amortização de direitos de uso	9	2.048	2.048	1.784
Juros sobre financiamentos	12	59.309	52.077	46.216
Custo de captação de financiamentos apropriado ao resultado	12	477	477	475
Juros sobre debêntures	13	10.227	10.227	2.839
Baixa de imobilizado	10	28	29	410
Resultado de equivalência patrimonial	8	213.498	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras e fundos vinculados	18	(6.510)	(14.684)	(2.287)
Outras receitas financeiras	18	(40)	(40)	(41)
Perda por redução ao valor recuperável (impairment)	10c	-	231.524	-
Ajuste a valor presente provisão para desmobilização	9	3.143	3.143	3.036
Lucro (prejuízo) ajustado	(19.343)	(1.778)	18.349	36.823
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber		-	(6.721)	(7.734)
Outras contas a receber		(39)	(7)	61
Tributos a recuperar		(314)	(179)	173
Derivativos a receber		9.557	9.557	40.875
Estoques		1	(948)	(1.081)
Despesas pagas antecipadamente		987	2.137	620
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores		942	6.437	(9.482)
Obrigações sociais		(134)	(246)	496
Tributos a recolher		(4)	(222)	(428)
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	2.354
Derivativos a pagar		-	-	(1.778)
Outras contas a pagar		(260)	(260)	(645)
Caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	(8.607)	27.852	27.897	60.254
Pagamento de juros de financiamentos	12	(57.162)	(57.162)	(27.170)
Pagamento de IR e CS		(4.561)	(10.424)	(12.150)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(70.330)	(10.329)	(39.689)	20.934
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aportes de capital em investidas	8	(32.823)	-	-
Redução de capital em investidas	8	214.900	-	-
Aplicações financeiras e fundos vinculados		(4.480)	(3)	(21.542)
Dividendos recebidos		180	(305)	-
Aquisição de intangível		3	(532)	(16)
Aquisição ao ativo imobilizado	10	(1.762)	(4.983)	(58.252)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	176.018	(1.826)	(5.823)	(79.810)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de principal de financiamentos	12	(312.273)	(605.547)	(1.527.854)
Custo de captação de empréstimos	12	-	(1.640)	(308)
Custo de captação de debêntures	13	(75)	(75)	(2.698)
Captação de empréstimos e financiamentos	12	161.400	661.400	1.480.000
Partes relacionadas		(17.884)	-	-
Pagamento de principal de debêntures	13	(2.380)	(2.380)	(20.085)
Captação de debêntures	13	-	-	100.000
Aporte/Integralização de capital		47.302	47.302	20.000
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(123.910)	(2.093)	99.060	49.055
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(18.222)	(14.248)	53.548	(9.821)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	32.413	36.991	46.812
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	14.191	90.539	36.991
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(18.222)	(14.248)	53.548	(9.821)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Ribeiro Gonçalves Holding S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida Senador Área Leão, 03 - Sala 02, São Cristóvão, Teresina, capital do estado do Piauí.

Constituída em 08 de outubro de 2018, a Companhia é uma Holding que detém participação integral em Companhias com foco em implementação e exploração de ativos de geração de energia elétrica de fontes renováveis, com suas atividades de geração distribuídas nos estados do Piauí. As controladas cujo objeto social é geração de energia elétrica são Produtores Independentes de Energia Elétrica, conforme definido na Lei nº 9.074/95, tendo todas as sociedades autorização do Poder Concedente

As controladas da Companhia entraram em operação comercial em maio de 2024. Em 31 de dezembro de 2025, os empreendimentos da Companhia possuem de capacidade instalada 223,18 MWp médios, energizados ao longo de 2025, através de sete Companhias controladas integralmente.

As atividades do Grupo são fiscalizadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Os termos abaixo podem ser utilizados ao longo destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma abreviada:

- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

b. Projetos de geração solar

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas possuem os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo e autorizações de para exploração de energia solar:

Companhia	Outorga	Início Outorga	Final Outorga	Capacidade instalada (MWp médios)	Tipo de contrato (a)	Energia contratada estimada (MWm)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
Ribeiro Gonçalves I	8012/2019	01/08/2019	31/07/2054	16,92	ACL	5	IPCA	Abril
Ribeiro Gonçalves II	8013/2019	01/08/2019	31/07/2054	40,75	ACL	12,2	IPCA	Abril
Ribeiro Gonçalves III	8014/2019	01/08/2019	31/07/2054	40,75	ACL	12,2	IPCA	Abril
Ribeiro Gonçalves IV	8015/2019	01/08/2019	31/07/2054	20,69	ACL	6	IPCA	Abril
Ribeiro Gonçalves VI	9155/2020	21/08/2020	20/08/2055	36,99	ACL	11	IPCA	Abril
Ribeiro Gonçalves VII	9156/2020	21/08/2020	20/08/2055	33,54	ACL	9,9	IPCA	Abril
Ribeiro Gonçalves VIII	9157/2020	21/08/2020	20/08/2055	33,54	ACL	9,9	IPCA	Abril

(a) Todos os contratos das empresas têm vigência de 22 anos.

c. Reforma tributária sobre o consumo

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023 que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e Lei Complementar 227/2026, de 13 de janeiro de 2026. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. Aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Até 31 de dezembro de 2025, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações financeiras da Companhia. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Lei nº 15.269/2025 – Novo marco regulatório do setor elétrico

Em 24 de novembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.269/2025, que altera o marco regulatório do setor elétrico e introduz modificações relevantes para a dinâmica de comercialização de energia, incluindo a abertura do mercado livre para clientes de baixa tensão, a instituição do Supridor de Última Instância (SUI), mecanismos de encargos associados à migração, alterações em autoprodução por equiparação e diretrizes sobre armazenamento.

Adicionalmente, destaca-se o estabelecimento de mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares classificados como indisponibilidade externa ou confiabilidade elétrica, impondo tratamentos e fontes de receitas distintas tanto para o passado (período de 01/09/2023 a 25/11/2025) quanto para o futuro (após 25/11/2025). A possibilidade de ressarcimento, contudo, está condicionada à adesão do gerador a um termo de compromisso a ser firmado com o poder concedente, o que implica a desistência de eventuais ações judiciais relacionadas ao tema.

O Ministério de Minas e Energia - MME submeteu a minuta do referido termo de compromisso à Consulta Pública nº 210/2025, abrindo prazo para contribuições até 16.01.2026. A Administração da Companhia acompanha a evolução desse processo regulatório e avalia os potenciais impactos operacionais, regulatórios e econômico-financeiros associados à implementação da nova legislação, tendo em vista a relevância dos valores associados às tipologias de corte de geração não contemplados no mecanismo de compensação. A decisão da Companhia em aderir ou não ao mecanismo de compensação proposto dependerá das regulamentações complementares que venham a ser editadas, de seus prazos de vigência e da forma como serão operacionalizadas no âmbito do setor elétrico.

Em 31 de dezembro de 2025, a Lei nº 15.269/2025 não gerou efeitos contábeis materiais nas demonstrações financeiras da Companhia, que exijam reconhecimento ou remensuração imediata de ativos e passivos, permanecendo os saldos contabilizados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (BR-GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas consideraram as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), emitida pelo CPC divulgado em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração da Companhia em 31 de março de 2026.

b. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e suas controladas serão capazes de cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de passivos financeiros conforme os prazos divulgados na nota explicativa 23.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas reconheceram prejuízo de R\$ 301.523 (R\$ 33.649 em 31 de dezembro de 2024), os ativos circulantes consolidados excederam os passivos circulantes consolidados em R\$ 76.749 (capital circulante líquido negativo de R\$ 236.047 em 31 de dezembro de 2024) e apresentou aplicação de caixa nas atividades operacionais de R\$ 39689 (caixa gerado pelas atividades operacionais de R\$ 20.934 em 31 de dezembro de 2024).

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado do exercício foi impactado, principalmente, pelo reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (impairment) no montante de R\$ 231.524. Para maiores informações vide nota explicativa 10. Assim sendo, a Administração entende que suas operações são suportadas pela geração de caixa dos contratos de longo prazo firmados para fornecimento de energia, representando condições adequadas para cumprir as obrigações.

A Administração concluiu que não existe grau de incerteza sobre a capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando e liquidarem seus passivos financeiros pelos próximos 360 dias.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado, quando requerido pelas normas.

d. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados em Reais, foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente

Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, exceto pelo teste de recuperabilidade do ativo imobilizado, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstradas nas notas explicativas:

- Contas a receber - perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) (nota explicativa 7) – principais premissas sobre o risco de inadimplência e as taxas de perdas esperadas;
- Imobilizado (nota explicativa 10) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões para desmobilização e direito de uso (nota explicativa 9) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa 20) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Instrumentos financeiros (nota explicativa 22) – principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

3 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Ribeiro Gonçalves Holding S.A. e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas			Direta	Direta
Razão Social	Nome			
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.	Ribeiro Gonçalves Solar I		100%	100%
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.	Ribeiro Gonçalves Solar II		100%	100%
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	Ribeiro Gonçalves Solar III		100%	100%
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	Ribeiro Gonçalves Solar IV		100%	100%
Ribeiro Gonçalves Solar V (Antiga Sol do Pilar S.A.)	Ribeiro Gonçalves Solar V (Antiga Sol do Pilar S.A.)		100%	100%
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	Ribeiro Gonçalves Solar VI		100%	100%
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	Ribeiro Gonçalves Solar VII		100%	100%
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	Ribeiro Gonçalves Solar VIII		100%	100%

4 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. A Companhia e suas controladas, quando aplicável, reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro com problemas de recuperação quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias;
- Houver quebra de cláusulas contratuais;
- Há a reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Há a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- Houver o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas não têm histórico de inadimplência de seus ativos financeiros e não identificaram ativos financeiros com problemas de recuperação. Adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas aplicam em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração avaliou a recuperabilidade de seus ativos não financeiros, tendo identificado indicativos de perda no ativo imobilizado. Diante disso, conforme requerido pelo CPC 01 (R1), as controladas da Companhia procederam com análise de recuperabilidade desse ativo e concluíram que o valor contábil ("carrying amount") é superior ao valor em uso das suas UGCs no montante de R\$ 231.524. Para mais informações, vide nota explicativa 10.c.

A Companhia e suas controladas não possuíam ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura.

b. Benefícios fiscais

REIDI

As controladas da Companhia, obtiveram habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, instituído pela Lei nº 11.488/2007, que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura, conforme atos declaratórios abaixo:

Controladas	Atos Declaratórios - Habilitação	Vigência
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.	Ato Declaratório Executivo Nº 157 De 18 De Outubro De 2022	17/10/2027
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.	Ato Declaratório Executivo Nº 164 De 9 De Outubro De 2022	08/10/2027
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	Ato Declaratório Executivo Nº 158 De 19 De Outubro De 2022	18/10/2027
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	Ato Declaratório Executivo Nº 159 De 19 De Outubro De 2022	18/10/2027
Ribeiro Gonçalves Solar V S.A.	Ato Declaratório Executivo Nº 160 De 19 De Outubro De 2022	18/10/2027
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	Ato Declaratório Executivo Nº 161 De 19 De Outubro De 2022	18/10/2027
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	Ato Declaratório Executivo Nº 165 De 9 De Outubro De 2022	08/10/2027
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	Ato Declaratório Executivo Nº 162 De 20 De Outubro De 2022	19/10/2027

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Novas normas e interpretações

Vigentes a partir de 01 de janeiro de 2025

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21	05/07/2024	01/01/2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidênciação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	N/A	18/10/2024	01/01/2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPCnº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPCnº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	IAS 28	02/08/2024	01/01/2025	Sem impactos relevantes.

A partir de 01 de janeiro de 2026, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais estão descritos abaixo, assim como seus impactos para à Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	IFRS S1 e S2	12/09/2024	01/01/2026	Trata dos requisitos e diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.
Pronunciamento Técnico CBPS nº 02): Divulgação de Informações Climáticas				A Companhia e suas controladas estão atualmente avaliando o impacto que as novas normas terão na prática atual.
CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	IFRS 18	09/04/2024	01/01/2027	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A Companhia e suas controladas não realizarão adoção antecipada da referida norma.
IFRS 9: Instrumentos financeiros e IFRS 7: Instrumentos financeiros divulgação	IFRS 9 e IFRS 7	30/05/2024	01/01/2026	O IASB emitiu emendas aos pronunciamentos IFRS 9 e IFRS 7 ampliando as exigências de divulgação para instrumentos financeiros vinculados a contratos de fornecimento de energia oriundos de fontes naturais variáveis (como vento e irradiação solar). As alterações reforçam a necessidade de evidenciar riscos associados à intermitência da geração, variações contratuais e impactos financeiros decorrentes de mecanismos de liquidação no mercado regulado e livre. A Companhia e suas controladas não anteciparão a adoção das alterações.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com exceção do CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (IFRS 18), cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, acompanhadas de reconciliações ao subtotal IFRS mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas demonstrações financeiras.

6 Caixa e equivalentes de caixa

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo visando à continuidade dos seus negócios.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos contas movimento	128	162	1.129	2.968
Aplicações financeiras (a)	14.063	32.251	89.410	34.023
Total de caixa e equivalentes de caixa	14.191	32.413	90.539	36.991

(a) As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas estão concentradas em Certificados de Depósitos Bancários, Compromissadas de Terceiros e Fundos de Investimento, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração média 100,10% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2025 (99,64% em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

b. Fundos vinculados

Os valores registrados como fundos vinculados representam contas-reserva destinadas à liquidação de dívidas, atendendo às exigências contratuais definidas nos contratos de financiamento e debêntures firmados com as instituições financeiras credoras. A movimentação dessas contas obedece às características específicas de cada grupo de reserva. Para mais detalhes sobre os contratos de financiamento e a identificação das contrapartes credoras, consultar as notas explicativas 12 e 13.

Os fundos vinculados são classificados no ativo, baseando-se na expectativa de utilização dos saldos para a liquidação das obrigações de dívida.

	Controladora	
	2025	2024
Reserva de pagamento Debêntures (a)	1.654	676
Reserva da dívida Debêntures (b)	4.734	3.401
Centralizadora (c)	1.863	-
Reserva de dívida BNDES (d)	16.100	9.244
Total	24.351	13.321
Curto prazo	16	13.321
Longo prazo	24.335	-

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	2025	2024
Reserva de pagamento Debêntures (a)	1.655	676
Reserva da dívida Debêntures (b)	4.734	3.401
Centralizadora (c)	11.828	17.064
Reserva de dívida BNDES (d)	16.100	9.244
Reserva de dívida BNB (e)	10.795	-
Total	45.112	30.385
Curto prazo	16	30.385
Longo prazo	45.096	-

(a) Reserva de pagamento de debêntures: Conta reserva mantida na controlada Ribeiro Gonçalves Holding S.A, com objetivo de efetuar o pagamento da parcela da dívida. O montante representa o valor esperado de cada parcela semestral da escritura de debêntures, dos quais são classificados como ativo circulante.

(b) Reserva da dívida debêntures: Conta reserva mantida com o objetivo de garantir o pagamento da dívida de debêntures em caso de insuficiência de caixa. O montante representa o valor esperado de pagamento da próxima parcela da escritura, devendo ser mantido até o final do contrato (adicional ao estabelecido no item a - Reserva de pagamento de Debêntures), tendo em vista a manutenção até o final do contrato, esse montante é classificado no passivo não circulante.

(c) Centralizadora: As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade das controladas, porém geridas pelo banco administrador, constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos e são destinadas ao recebimento total dos direitos cedidos nos contratos de financiamento.

(d) Reserva de dívida BNDES: Conta reserva destinada ao pagamento da dívida BNDES em caso de insuficiência de caixa, deve conter 3 vezes o valor da última parcela paga.

(e) Reserva de dívida BNB: Conforme estabelecido em contrato, a reserva deverá corresponder a 5% do saldo devedor ou R\$ 2,9 milhões para a Ribeiro Gonçalves Solar I S.A., e a 5% do saldo devedor ou R\$ 7,1 milhões para a Ribeiro Gonçalves Solar II S.A., até o encerramento do contrato.

7 Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e são realizadas posteriormente pelos recebimentos do principal e podem ser reduzidas por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias das controladas e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:

	Consolidado	
	2025	2024
Contas a receber MCP (a)	74	241
Contas a receber no ACL (b)	14.381	7.493
Total	14.455	7.734

(a) Contas a receber MCP (Mercado de Curto Prazo): saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia e suas controladas na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar.

(b) Contas a receber no ACL (Ambiente de Contratação Livre): Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre os agentes do mercado e com liquidação financeira no ambiente de comercialização.

a. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

A Companhia, juntamente com suas controladas, realiza avaliação individualizada de seus recebíveis com o intuito de determinar a probabilidade de perdas esperadas em suas contas a receber. Este processo envolve a análise de expectativas futuras relacionadas a eventuais dificuldades de liquidação.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao término dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tanto a Companhia quanto suas controladas não registraram valores referentes à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Tal decisão fundamenta-se na baixa probabilidade de inadimplência dos valores a receber, atribuída às características específicas do mercado em que a Companhia opera.

8 Investimentos

	Controladora	
	2025	2024
Investimentos pelo método de equivalência patrimonial	463.063	858.638
Total	463.063	858.638

a. Investimentos em controladas

Composição Investidas	Participações		Patrimônio líquido	2025		Investimento
	2025	2024		Resultado do exercício		
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.	100%	100%	(6.774)	(24.074)	(6.774)	
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.	100%	100%	(25.237)	(88.727)	(25.237)	
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	100%	100%	119.881	(27.082)	119.881	
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	100%	100%	59.938	(15.140)	59.938	
Ribeiro Gonçalves Solar V S.A.	100%	100%	327	(1)	327	
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	100%	100%	110.120	(23.587)	110.120	
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	100%	100%	100.920	(18.995)	100.920	
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	100%	100%	103.888	(15.892)	103.888	
Investimentos			463.063	(213.498)	463.063	

Composição Investidas	Participações		Patrimônio líquido	2024		Investimento
	2024	2023		Resultado do exercício		
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.	100%	100%	62.287	1.106	62.287	
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.	100%	100%	196.720	2.467	196.720	
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	100%	100%	147.773	3.118	147.773	
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	100%	100%	75.128	1.838	75.128	
Ribeiro Gonçalves Solar V S.A.	100%	100%	128	(6)	128	
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	100%	100%	134.307	4.335	134.307	
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	100%	100%	121.215	3.913	121.215	
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	100%	100%	121.080	3.796	121.080	
Investimentos			858.638	20.567	858.638	

b. Movimentação dos investimentos em controladas

Investidas	2024	Aumento de capital	Aportes com imobilizado	Redução de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	2025
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.	62.287	13.013	-	(58.000)	(24.074)	-	(6.774)
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.	196.720	8.770	-	(142.000)	(88.727)	-	(25.237)
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	147.773	4.690	-	(5.500)	(27.082)	-	119.881
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	75.128	1.250	-	(1.300)	(15.140)	-	59.938
Ribeiro Gonçalves Solar V S.A.	128	200	-	-	(1)	-	327
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	134.307	1.900	-	(2.500)	(23.587)	-	110.120
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	121.215	1.500	-	(2.800)	(18.995)	-	100.920
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	121.080	1.500	-	(2.800)	(15.892)	-	103.888
Total líquido investido	858.638	32.823	-	(214.900)	(213.498)	-	463.063

Investidas	2023	Aumento de capital	Aportes com imobilizado (10.b)	Redução de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	2024
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.	615	2.572	64.645	(6.450)	1.106	(201)	62.287
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.	749	4.837	202.869	(13.670)	2.467	(532)	196.720
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	231	3.890	155.729	(14.490)	3.118	(705)	147.773
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	237	2.381	79.058	(7.980)	1.838	(406)	75.128
Ribeiro Gonçalves Solar V S.A.	34	100	-	-	(6)	-	128
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	22	2.740	141.316	(13.080)	4.335	(1.026)	134.307
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	24	2.590	128.182	(12.570)	3.913	(924)	121.215
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	19	2.470	128.182	(12.490)	3.796	(897)	121.080
Total líquido investido	1.931	21.580	899.981	(80.730)	20.567	(4.691)	858.638

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Demonstrações financeiras das investidas

Investidas	2025					
	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.	16.653	60.136	66.910	(6.774)	10.319	(24.074)
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.	61.781	178.450	203.687	(25.237)	25.677	(88.727)
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	144.701	127.592	7.710	119.882	25.680	(27.082)
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	73.775	62.557	2.619	59.938	12.868	(15.140)
Ribeiro Gonçalves Solar V S.A.	342	329	2	327	-	(1)
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	130.418	115.466	5.346	110.119	22.476	(23.587)
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	116.947	106.331	5.412	100.920	21.170	(18.995)
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	116.901	109.348	5.460	103.888	21.050	(15.892)
Total	661.518	760.209	297.146	463.063	139.240	(213.498)

Investidas	2024					
	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.	61.640	69.277	6.990	62.287	4.328	1.106
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.	195.010	212.355	15.635	196.720	10.490	2.467
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	145.511	164.069	16.296	147.773	10.253	3.118
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	73.825	83.753	8.625	75.128	5.272	1.838
Ribeiro Gonçalves Solar V S.A.	142	130	2	128	-	(6)
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	131.018	149.139	14.832	134.307	9.271	4.335
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	118.247	135.185	13.970	121.215	8.392	3.913
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	118.201	134.920	13.840	121.080	8.255	3.796
Total	843.594	948.828	90.190	858.638	56.261	20.567

9 Direito de uso e Provisão para desmobilização

A Companhia e suas controladas têm procedimentos estabelecidos para identificar os contratos de arrendamento que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos e eles não foram aderentes a norma. Nos mesmos contratos de arrendamentos dos parques solares das Controladas, onde suas atividades são desenvolvidas, foram identificadas desmobilizações, os quais são amortizadas de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento.

As provisões para desmobilização são reconhecidas pelas controladas que, ao final do prazo contratual de arrendamento tem a obrigação de restituir as terras nas condições anteriores à implementação dos parques solares. Estas provisões são mensuradas com base na estimativa dos custos relacionados à desmontagem das placas solares, locação de equipamentos de transporte, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para a desmontagem e a destinação final dos itens descartados, sendo reconhecidas a valor presente. O valor presente da obrigação com desmobilização é calculado com base no custo unitário para desmobilização de cada placa solar, multiplicado pelo número de placas solares presentes no parque. A Companhia reconhece no resultado o ajuste a valor presente em relação ao fluxo de caixa futuro como custo de financiamento.

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, a Companhia e suas controladas revisou suas estimativas referentes ao valor futuro necessário para o cumprimento dessas obrigações. Após a atualização das premissas de mercado, com base em estimativas de custos elaboradas por consultorias especializadas, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de novos valores.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado para o custo de desmobilização de ativos, atualizado a valor presente, foi de R\$ 92.939 (R\$ 89.796 em 31 de dezembro de 2024).

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos do direito de uso e da provisão para desmobilização estão apresentados abaixo:

a. Direito de uso

	Consolidado		
	Valor líquido em 2024	Amortizações	Valor líquido em 2025
Ativo de direito de uso			
Desmobilização dos parques	84.293	(2.048)	82.245
Total do ativo	84.293	(2.048)	82.245

	Consolidado		
	Valor líquido em 2023	Amortizações	Valor líquido em 2024
Ativo de direito de uso			
Desmobilização dos parques	86.341	(2.048)	84.293
Total do ativo	86.341	(2.048)	84.293

b. Provisão para desmobilização

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	89.796	86.760
Ajuste a valor presente	3.143	3.036
Saldo final	92.939	89.796

10 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção e reparos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos e juros sobre financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O reconhecimento da depreciação no resultado baseia-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas de cada parte do ativo imobilizado. Este método foi adotado por refletir mais adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A Administração avalia os prazos de autorização dos parques em face das taxas obtidas, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que as vidas úteis remanescentes dos ativos não sejam superiores aos prazos de autorização dos parques eólicos.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Construção e benfeitorias	50 anos
Placa fotovoltaica	30 anos
Máquinas e equipamentos (geral)	26 anos
Inversor de frequência	15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos e processamento de dados	5 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica "Outros".

a. Composição do ativo imobilizado

Os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

Controladora	Vida útil	2025		2024
		Custo	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	4.806	4.806	168.342
Máquinas e equipamentos	26 anos	88.214	88.214	45
Edificações, obras civis e benfeitorias	50 anos	77.101	77.101	-
Total		170.121	170.121	168.387

Consolidado	Vida útil	Custo	2025			2024
			Depreciação acumulada	Impairment (c)	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	3.797	-	-	3.797	170.765
Máquinas e equipamentos	26 anos	833.041	(35.941)	(231.524)	565.576	716.678
Edificações, obras civis e benfeitorias	50 anos	230.808	(7.984)	-	222.824	159.056
Móveis e utensílios	10 anos	8.100	(427)	-	7.673	7.953
Total		1.075.746	(44.352)	(231.524)	799.870	1.054.452

Os ativos imobilizados do Grupo são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa 12.

b. Movimentações do ativo imobilizado

Controladora	2024	Adição	Baixa	2025
Imobilizado em andamento	3.072	1.762	(28)	4.806
Máquinas e equipamentos	88.214	-	-	88.214
Edificações e obras	77.101	-	-	77.101
Total	168.387	1.762	(28)	170.121

Controladora	2023	Adição	Capitalização de juros (b)	Baixa	Transferência	Cessão (a)	2024
Imobilizado em andamento	971.708	56.464	40.544	(393)	(165.270)	(899.981)	3.072
Máquinas e equipamentos	45	-	-	-	88.169	-	88.214
Edificações e obras	-	-	-	-	77.101	-	77.101
Total	971.753	56.464	40.544	(393)	-	(899.981)	168.387

(a) Cessão de imobilizado realizada para controladas. A Companhia cedeu ativos imobilizados às controladas do cluster, garantindo a correta alocação dos custos entre os respectivos parques solares. A operação foi realizada com base em um laudo de avaliação de ativos e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 24 de junho de 2024. A transação ocorreu por meio de um aumento de capital nas controladas.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	2024	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Impairment	2025
Imobilizado em andamento	5.495	4.983	(3.408)	(29)	-	-	7.041
Máquinas e equipamentos	804.847	-	2.211	-	(22.689)	(231.524)	552.845
Edificações, obras civis e benfeitorias	236.157	-	1.197	-	(5.043)	-	232.311
Móveis e utensílios	7.953	-	-	-	(280)	-	7.673
Total	1.054.452	4.983	-	(29)	(28.012)	(231.524)	799.870

Consolidado	2023	Adição	Capitalização de Juros (b)	Transferência	Baixa	Depreciação	2024
Imobilizado em andamento	972.356	58.252	40.549	(1.065.252)	(410)	-	5.495
Máquinas e equipamentos	45	-	-	818.054	-	(13.252)	804.847
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	239.098	-	(2.941)	236.157
Móveis e utensílios	-	-	-	8.100	-	(147)	7.953
Total	972.401	58.252	40.549	-	(410)	(16.340)	1.054.452

(b) Os valores de juros capitalizados são apresentados líquidos do impacto das movimentações financeiras ocorridas na demonstração do fluxo de caixa.

c. Redução ao valor recuperável de Ativos (*Impairment*)

Política contábil

A Companhia avalia, ao final de cada período de reporte, a existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

O valor recuperável de um ativo ou de uma Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) corresponde ao maior valor entre (i) o valor justo líquido de despesas de venda e (ii) o valor em uso. Quando o valor contábil excede o valor recuperável, é reconhecida perda por *impairment* no resultado do exercício.

Os testes de recuperabilidade são realizados no nível das UGCs, definidas como o menor grupo identificável de ativos capaz de gerar entradas de caixa em grande parte independentes de outros ativos ou grupos de ativos. No contexto operacional da Companhia, as UGCs correspondem substancialmente aos clusters operacionais e às sociedades de propósito específico detentoras de ativos de geração de energia.

O ativo testado inclui principalmente, imobilizado que está diretamente relacionados à geração de caixa das respectivas UGCs.

Identificação de indicadores de perda

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração identificou a existência de indicadores externos e internos de perda, nos termos do item 12 do CPC 01 (R1), principalmente relacionados a:

- Intensificação estrutural de restrições operativas do sistema elétrico (*curtailment/constrained-off*);
- Redução recorrente da geração efetiva das UGCs;
- Eventos operacionais específicos (incêndio em ativo solar e incertezas regulatórias);
- Deterioração de indicadores financeiros nas UGCs (retorno inferior ao custo de capital e geração de valor negativa).

Em decorrência desses fatores, as UGCs foram submetidas a teste de recuperabilidade.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Metodologia do teste de recuperabilidade

O valor recuperável das UGCs foi determinado com base no valor em uso do imobilizado, calculado a partir da projeção dos fluxos de caixa futuros operacionais (*Free Cash Flow to Firm – FCFE*), descontados a valor presente por taxa que reflete o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos dos ativos. A Administração concluiu que o valor em uso representa a melhor estimativa do valor recuperável, uma vez que não existem evidências observáveis suficientes para determinação confiável do valor justo líquido de despesas de venda para os ativos analisados. As projeções:

- Foram elaboradas com base na proposta da diretoria para o orçamento para o período de 2026 a 2030;
- Consideram apenas fluxos de caixa diretamente atribuíveis às UGCs;
- Não contemplam expansões futuras não comprometidas ou reestruturações ainda não aprovadas.

Premissas críticas utilizadas no cálculo do valor em uso

As estimativas do valor recuperável envolvem julgamentos significativos da Administração, especialmente em relação às premissas a seguir.

(i) Premissas de geração de energia

As projeções de geração física foram elaboradas com base:

- No histórico recente de desempenho dos ativos;
- Em dados técnicos atualizados de recurso solar;
- Em percentis estatísticos de probabilidade de geração.

A adoção dos percentis reflete probabilidade mais elevada de cenários de geração inferiores à mediana histórica, alinhando as projeções ao desempenho efetivamente observado e ao ambiente operacional recente.

(ii) Impactos de restrições operativas (*curtailment*)

As Companhias incorporaram nas projeções os impactos recorrentes de restrições sistêmicas de despacho (*curtailment*), que têm afetado estruturalmente a conversão da geração potencial em energia efetivamente entregue ao sistema. As premissas consideram:

- Para 2026: nível equivalente ao observado em 2025;
- Para períodos subsequentes: projeções divulgadas pelo ONS e análises internas de tendência estrutural do sistema.

A Administração entende que o *curtailment* observado deixou de ter natureza episódica e passou a representar fator estrutural relevante na formação dos fluxos de caixa futuros, sendo refletido diretamente na estimativa de receita e geração efetiva. Foram considerados nas projeções o reembolso dos valores de *curtailment* conforme previsto na Lei nº 15.269.

(iii) Preços de energia

As projeções de preços de energia foram baseadas em:

- Curvas *forward* atualizadas para o curto prazo;
- Referências de longo prazo provenientes de trabalho contratado junto a empresa especializada em estudos do setor elétrico;
- Avaliações internas consistentes com o ambiente regulatório vigente.

As Companhias não utilizaram premissas de recuperação acelerada de preços ou cenários otimistas de mercado. As estimativas refletem condições de mercado observáveis na data-base do teste.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A combinação entre (i) adoção de percentis revisados de geração, baseados em dados históricos recentes e (ii) incorporação estrutural de *curtailment* reforça o caráter prudencial das projeções utilizadas no cálculo do valor em uso.

(iv) Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais (O&M e despesas administrativas diretamente atribuíveis às UGCs) foram projetados com base:

- No orçamento aprovado para 2026–2030;
- Em contratos vigentes de operação e manutenção;
- Em projeções consistentes de inflação de longo prazo.

Não foram considerados ganhos de eficiência não comprovados ou reduções estruturais ainda não implementadas.

(v) Investimentos (Capex)

As projeções incluem exclusivamente:

- Capex já comprometido contratualmente;
- Investimentos necessários à manutenção da capacidade operacional dos ativos;
- Projetos específicos aprovados (incluindo investimentos relevantes em determinados clusters).

Não foram considerados projetos de expansão não comprometidos ou melhorias operacionais ainda não aprovadas.

(vi) Taxa de desconto (WACC real)

Os fluxos de caixa foram descontados utilizando taxa equivalente ao Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) real de 8,20% ao ano. O WACC foi estimado com base em:

- Estrutura de capital alvo observada no setor;
- Custo de capital próprio calculado via CAPM, considerando:
 - a) Taxa livre de risco compatível com títulos soberanos de longo prazo;
 - b) Beta setorial desalavancado e realavancado à estrutura alvo;
 - c) Prêmio de risco de mercado;
- Custo da dívida observado em operações comparáveis do setor;
- Benefício fiscal do endividamento;
- Prêmios de risco específicos quando aplicável.

Os fluxos de caixa foram elaborados em base real, sendo assegurada consistência entre a base dos fluxos e a taxa de desconto utilizada.

Sensibilidade das premissas

A recuperabilidade das UGCs é sensível principalmente a alterações nas seguintes premissas:

- Nível de geração física (percentis adotados);
- Intensidade e duração do *curtailment*;
- Preços de energia no longo prazo;
- Taxa de desconto (WACC).

Alterações razoavelmente possíveis nessas premissas podem impactar materialmente o valor recuperável estimado.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perda reconhecida no exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia reconheceram perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$: 231.524, registrada na rubrica "Perda por redução ao valor recuperável" no resultado do exercício.

UGC	Valor contábil imobilizado	Valor contábil da UGC	Valor recuperável (Valor em uso)	Perda reconhecida
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.	62.725	62.725	40.098	(22.627)
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.	194.181	194.181	107.609	(86.572)
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	149.313	149.313	118.796	(30.517)
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	75.712	75.712	57.442	(18.270)
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	135.062	135.062	106.873	(28.189)
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	122.144	122.144	97.961	(24.183)
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	122.112	122.112	100.946	(21.166)
Total consolidado	861.249	861.249	629.725	(231.524)

11 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por encargos de materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Os valores da conta fornecedores são formados pelos valores das notas fiscais e através de provisões diversas.

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Materiais e serviços (a)	182	130	3.400	1.906
Provisão com construção (b)	1.121	210	5.670	300
Seguros	-	21	-	21
Fornecedores com partes relacionadas	643	643	1.776	2.182
Total	1.946	1.004	10.846	4.409

(a) Refere-se a obrigações da construção e serviços empregados nos parques solares.

(b) Montante devido aos prestadores de serviços de construção dos parques solares nas controladas.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Financiamentos

As dívidas da Companhia e suas controladas são compostas por recursos captados, principalmente, através de financiamentos bancários. As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

a. Composição do saldo de financiamentos

								Controladora			
Financiamentos	Taxa de Juros	Data da contratação	Valor contratado	Vencimento	Pagamento	Obrigações Contratuais	Garantias	2025		2024	
								Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES - Ribeiro Gonçalves Solar Holding	7,57% + IPCA	28/12/2022	250.000	Dez/46	Mensal	ICSD =< 1,10 (consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval da Echoenergia Participações e Equatorial	27.939	523.112	327.431	371.869
Total								27.939	523.112	327.431	371.869
								Consolidado			
Financiamentos	Taxa de Juros	Data da contratação	Valor contratado	Vencimento	Pagamento	Obrigações Contratuais	Garantias	2025		2024	
								Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES - Ribeiro Gonçalves Solar Holding	7,57% + IPCA	28/12/2022	250.000	Dez/46	Mensal	ICSD =< 1,10 (consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval da Echoenergia Participações e Equatorial	27.939	523.112	18.862	371.869
BNB	5,34% + IPCA	28/02/2025	57.000	Nov/47	Mensal	Não possui	Não possui	897	56.073	-	-
BNB	5,34% + IPCA	24/04/2025	140.000	Nov/47	Mensal	Não possui	Não possui	2.814	138.070	-	-
Safra - Ribeiro Gonçalves	1,55% + CDI	17/12/2024	150.000	Fev/25	Mensal	Não possui	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Equatorial	-	-	153.941	-
Santander - Ribeiro Gonçalves	0,98% + CDI	17/12/2024	150.000	Fev/25	Mensal	Não possui	Não possui	-	-	154.628	-
Total								31.650	717.255	327.431	371.869

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação dos financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	699.300	628.575	699.300	628.575
Captação de financiamentos	161.400	1.480.000	661.400	1.480.000
Juros incorporados à dívida	59.309	145.582	52.077	145.582
Custo de captação incorrido	-	(308)	(1.640)	(308)
Amortização do custo de captação	477	475	477	475
Juros pagos	(57.162)	(27.170)	(57.162)	(27.170)
Amortização do principal	(312.273)	(1.527.854)	(605.547)	(1.527.854)
Saldo final	551.051	699.300	748.905	699.300
Circulante	27.939	327.431	31.650	327.431
Não circulante	523.112	371.869	717.255	371.869

c. Cronograma de amortização

Os fluxos de pagamentos dos financiamentos estão apresentados no quadro a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
	2025	2025
2026	27.939	31.650
2027	26.156	28.902
2028	26.156	29.394
2029	26.156	29.989
2030 a 2047	444.644	628.970
Total	551.051	748.905

d. Obrigações contratuais - Covenants

A Companhia mantém contratos de financiamentos que incluem cláusulas restritivas, conhecidas como *covenants*, que estabelecem a necessidade de cumprimento de determinados índices financeiros e qualitativos. Esses *covenants* servem como métricas de controle sobre a saúde financeira da Companhia e de suas controladas, sendo um requisito para a captação de recursos. A inobservância desses *covenants* pode levar ao desembolso imediato ou ao vencimento antecipado das obrigações.

Os detalhes específicos de cada *covenant* aplicável estão listados na nota explicativa 12.a.

A avaliação dos *covenants* ocorre anualmente ao final dos exercícios, em dezembro, sob monitoramento da Administração da Companhia.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atendeu satisfatoriamente todas as exigências qualitativas e quantitativas.

e. Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias fiança bancária, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos. Detalhes ver o quadro presente na nota explicativa 12.a.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Debêntures

As debêntures da Companhia e suas controladas têm por característica a não conversibilidade em ações, ou seja, são títulos que não dão direito à conversão em ações da companhia emissora. Inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, são reconhecidas pelo custo amortizado.

a. Composição de debêntures

Companhia	Agente Fiduciário	Qtd. de títulos	VU nominal	Taxa de juros	Vencimento	Forma de pagamento	Garantias	Obrigações contratuais	Controladora	
									2025	2024
Ribeiro Gonçalves Energia Solar	Oliveira Trust	100.000	1.000	IPCA + 7,55%	Nov/41	Semestral	Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; Alienação de Equipamentos; direitos	ICSD =< 1,10 x (consolidado)	3.242	84.586
									3.242	84.586

b. Movimentação de debêntures

	Controladora	
	2025	2024
Saldo inicial	80.056	-
Ingresso de debêntures	-	100.000
Custo de captação sobre debêntures	(75)	(2.698)
Juros incorporados à dívida	10.227	2.839
Amortização do principal	(2.380)	(20.085)
Saldo final	87.828	80.056
Circulante	3.242	9.587
Não circulante	84.586	70.469

c. Cronograma de amortização

Ano	Controladora
	2025
2026	3.242
2027	624
2028	958
2029	1.881
2030 a 2041	81.123
Total	87.828

d. Obrigações contratuais - Covenants

A Companhia mantém contratos de debêntures que incluem cláusulas restritivas, conhecidas como *covenants*, que estabelecem a necessidade de cumprimento de determinados índices financeiros e qualitativos. Esses *covenants* servem como métricas de controle sobre a saúde financeira da Companhia e de suas controladas, sendo um requisito para a captação de recursos. A inobservância desses *covenants* pode levar ao desembolso imediato ou ao vencimento antecipado das obrigações.

Os detalhes específicos de cada *covenant* aplicável estão listados na nota explicativa 13.a.

A avaliação dos *covenants* ocorre anualmente ao final dos exercícios, em dezembro, sob monitoramento da Administração da Companhia. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atendeu satisfatoriamente todas as exigências qualitativas e quantitativas

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 447.349 (R\$ 404.957 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 460.444.240 (411.718.152 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 26 de agosto de 2025, através de aprovação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), houve aumento e integralização de capital no montante de R\$ 42.392 e R\$ 4.910 respectivamente, com impacto no caixa e equivalentes de caixa.

b. Outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a baixa do saldo da reserva de hedge, constituída em decorrência da contratação de instrumentos financeiros derivativos, no montante de R\$ 4.569 (R\$ 8.095 em 31 de dezembro de 2024 haviam sido originalmente reconhecidos nessa reserva). Para mais detalhes, consultar a Nota Explicativa 22.

15 Receita operacional líquida

A receita operacional advinda do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida nas transações de geração e venda de energia das controladas são registrados na CCEE e são classificados no seguinte mercado:

- (i) ACL (Ambiente de Contratação Livre) - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre.

Os contratos de suas controladas possuem características similares, descritas a seguir:

- (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes;
- (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato;
- (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente através da entrega da energia, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados;
- (iv) Sem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

PIS e COFINS

Para as controladas que atuam no setor de geração de energia, o PIS e a COFINS são calculados conforme

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o regime cumulativo, aplicando-se alíquotas de 0,65% para o PIS e 3% para a COFINS sobre a receita operacional.

	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta de energia elétrica	144.434	58.478
Total das receitas operacionais antes das deduções	144.434	58.478
PIS	(939)	(381)
COFINS	(4.256)	(1.837)
Deduções da receita	(5.195)	(2.218)
Receita operacional líquida	139.239	56.260
Volume gerado em MWh	317.053	244.300

Abaixo demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	2025	2024
ACL (a)	142.356	55.786
MCP (b)	2.078	2.692
Total	144.434	58.478

(a) Ambiente de Contratação Livre

(b) Mercado de Curto Prazo – CCEE decorrente do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, ajustando as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física, podendo ter um efeito positivo ou negativo.

16 Custos de operação

	Consolidado	
	2025	2024
Depreciação	(28.011)	(16.340)
Encargos de conexão e transmissão	(18.129)	(10.892)
Gastos com pessoal	(4.411)	(1.134)
Serviços de terceiros	(3.706)	(1.042)
Seguros	(2.224)	(753)
Locações e aluguéis	(1.443)	(548)
Amortização de direito de uso	(2.048)	(2.048)
Compra de energia	(45.660)	-
Outros custos (a)	(2.399)	(507)
Total	(108.031)	(33.264)

(a) Referem-se a viagens, água, taxas e alvarás, luz e telefone, entre outros custos, líquido de reversões.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Gasto com pessoal	(46)	(1.127)	(2.872)	(2.400)
Amortização de direito de uso	(2.048)	(2.048)	-	-
Encargos de conexão e transmissão	(106)	(1.395)	-	(1.395)
Serviços de terceiros	(1.690)	(228)	(2.265)	(630)
Taxas e alvarás diversos	(2)	(242)	(28)	(271)
Legais e judiciais	(3)	(263)	(18)	(389)
Outras despesas	(1.554)	(331)	(511)	(496)
Total	(5.449)	(5.634)	(5.694)	(5.581)

18 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias e IOF. As que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidas no custo desses ativos, as demais são reconhecidas no resultado do exercício. Em ambos os casos são mensuradas através do método de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Rendimento de aplicação	6.510	2.265	14.684	2.287
(-) Pis/Cofins	(333)	(109)	(333)	(109)
Outras receitas	40	40	40	41
Receitas financeiras	6.217	2.196	14.391	2.219
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Juros sobre financiamentos (a)	(38.224)	(46.216)	(51.103)	(46.216)
Juros de debêntures	(10.227)	(2.839)	(10.227)	(2.839)
Despesa captação de financiamentos e debêntures	(507)	(308)	(532)	(308)
Fianças e comissões	(507)	(205)	(5)	(205)
IOF	(728)	(357)	(15)	(372)
Tarifas bancárias	(9)	(503)	(45)	(722)
Juros de desmobilização (a)	(3.143)	(1.784)	(3.143)	(1.784)
Outras despesas	(36.975)	(31)	(39.372)	(46)
Despesas financeiras	(90.320)	(52.243)	(104.442)	(52.492)

(a) Parte dos valores de juros sobre financiamento e juros de desmobilização, que incorreram durante o período de obras, foram capitalizados conforme nota 10.b

19 Imposto de renda e contribuição social correntes

a. Imposto de renda e contribuição social corrente

Lucro real

A Controladora e as controladas que estão em fase pré-operacional optam pelo regime de tributação Lucro Real. O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas em 10% sobre o lucro tributável, após compensações, excedente a R\$ 240 (base anual) e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Consideram a compensação de

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte de processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos avaliados como risco possível e remoto não são provisionados, sendo que, os processos avaliados como risco possível são divulgados em notas explicativas. A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é embasada pelo julgamento e pela experiência da Administração da Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas, com base nessa avaliação, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

Não existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e administrativas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

21 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios estão descritas abaixo:

a. Ativo

	Controladora	
	2025	2024
Contas a receber – Redução de capital		
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.	8.592	6.450
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.	59.976	13.670
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	5.106	14.490
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	1.469	7.980
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	2.411	13.080
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	3.113	12.570
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	3.045	12.490
Total	83.712	80.730

	Controladora	
	2025	2024
Contas a receber – Mútuo		
Sertão Solar Barreiras XXI S.A.	80	-
Sertão Solar Barreiras XV S.A.	224	-
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	26	-
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	-	50
Ribeiro Gonçalves Solar XVI S.A.	1	-
Total	330	50

	Controladora	
	2025	2024
Dividendos a receber		
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.	201	201
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.	532	532
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	526	705
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	406	406
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	1.026	1.026
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	924	924
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	897	897
Total	4.511	4.691

	Controladora	
	2025	2024
Contas a receber		
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A (a)	-	26
Total	-	26

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Passivo

	Controladora	
	2025	2024
Fornecedores		
Echoenergia Participações S.A. (b)	643	643
Total	643	643
	Controladora	
	2025	2024
Mútuo Financeiro		
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.	1.150	2.310
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.	5.510	5.510
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	-	5.310
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	1.450	2.850
Ribeiro Gonçalves Solar V S.A.	-	28
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	2.500	4.920
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	2.200	4.410
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	2.200	4.320
Total	15.010	29.658

c. Resultado

	Consolidado	
	2025	2024
Echoenergia Participações S.A. (b)	(6.456)	(2.182)
Total	(6.456)	(2.182)

(a) Nota de débito a receber referente a pagamento de antecipação salarial para a Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.

(b) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na receita de cada Companhia participante do contrato em relação ao total de receita consolidada da controladora. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2026. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

d. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2025, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. Os administradores da Companhia são remunerados pela Echoenergia Participações S.A, a qual repassa as respectivas remunerações, guardando o critério de proporcionalidade estabelecido para a Companhia por meio de contrato firmado com a Companhia.

Adicionalmente, os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros saldos esporádicos de transações com a Companhia.

e. Compromisso com partes relacionadas

Durante o exercício de 2025, a Echoenergia Participações S.A. firmou cartas de fianças, se tornando fiadora da Companhia. Esse compromisso permanecerá vigente até que todas as obrigações de pagamento do preço global das empresas afiançadas tenham sido integral e irrevogavelmente satisfeitas.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. A Companhia e suas controladas, quando aplicável, reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas consideraram um ativo financeiro ou com problemas de recuperação quando:

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias;
- Houver quebra de cláusulas contratuais;
- Há a reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Há a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- Houver o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A Companhia e suas controladas não têm histórico de inadimplência de seus ativos financeiros e não identificou ativos financeiros com problemas de recuperação. Adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas aplicam em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor.

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Derivativos a receber / a pagar

Precificação a termo - O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

Aplicações financeiras

O valor justo é determinado com base na aplicação do percentual do índice atrelado ao respectivo ativo financeiro, taxa (DI), considerando o risco de crédito da instituição na qual os recursos estão aplicados.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam:
 - (i) mantidos para negociação no curto prazo,

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

Fornecedores	11	10.846	-	4.409	-
Financiamentos	12	748.905	-	699.300	-
Debêntures	13	87.828	-	80.056	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora						
	Nota	Nível (a)	2025		2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Banco se aplicações financeiras	6.a	Nível2	14.191	14.191	32.413	32.413
Fundos vinculados	6.b	Nível2	24.351	24.351	13.321	13.321
Total			38.542	38.542	45.734	45.734
Fornecedores	11	Nível2	1.946	1.946	1.004	1.004
Financiamentos	12	Nível2	551.051	551.051	699.300	699.300
Debêntures	13	Nível2	87.828	87.828	80.056	80.056
Total			640.825	640.825	780.360	780.360
Consolidado						
	Nota	Nível (a)	2025		2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	6.a	Nível2	90.539	90.539	36.991	36.991
Contas a receber	7	Nível2	14.455	14.455	7.734	7.734
Fundos vinculados	6.b	Nível2	45.112	45.112	30.385	30.385
Total			150.106	150.106	75.110	75.110
Fornecedores	11	Nível2	10.846	10.846	4.409	4.409
Financiamentos	12	Nível2	748.905	748.905	699.300	699.300
Debêntures	13	Nível2	87.828	87.828	80.056	80.056
Total			847.579	847.579	858.875	858.875

(a) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

a. Instrumentos financeiros derivativos

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

As Controladas possuem transações em moeda estrangeira, designada como *hedge* de fluxo de valor justo, referentes aos compromissos com aquisição de ativo imobilizado, sendo que, a efetividade de *hedge*, é reconhecida junto ao custo dos respectivos ativos imobilizados.

Além disso, as Controladas também contrataram a operação 4131, que é uma modalidade de empréstimo em moeda estrangeira para uma empresa sediada no Brasil, na qual o banco, para assegurar o tomador da variação cambial, faz uma operação de troca ("swap") do custo da dívida em moeda estrangeira por Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), tornando a dívida em reais.

Ambas as transações foram designadas como *hedge accounting* e estão sendo apresentadas suas movimentações nessa nota explicativa.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*")

A Companhia e suas controladas fazem uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida do resultado e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

No início de relacionamentos de *hedge* designados, a Companhia e suas controladas documentam o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. A Companhia e suas controladas também documentam a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa e no valor justo do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente, alcançando assim a efetividade de proteção.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes (ORA), e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por *hedge*, determinado com base no valor presente, desde a designação do *hedge*.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se o instrumento de *hedge* for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente.

(i) Contratos de câmbio

A Controladora possui compromissos firmes com fornecedores referentes à compra de ativos imobilizados atrelados ao dólar norte americano e os swaps, referente a contratação de empréstimo na modalidade 4131, os quais se qualificavam para a aplicação da contabilidade de *hedge*. Com o intuito de proteger o caixa das oscilações da moeda estrangeira, o Grupo estabeleceu operações com derivativos por meio de contratos de câmbio.

Os valores registrados com derivativos, designados com *hedge* de fluxo de caixa foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e totalizaram em 31 de dezembro de 2025 R\$ 4.568 (R\$ 8.095 em 31 de dezembro de 2024).

23 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

A oferta e a demanda de energia elétrica podem ter comportamento diferente do previsto e, conseqüentemente, impactando os volumes e preços da energia e nos resultados da Companhia e suas controladas.

A Administração mitiga esse risco através da gestão de portfólio, com manutenção e gestão contínua da reserva estratégica de energia, assim como estabelece uma política de crédito. Além disso, a Companhia e suas controladas gerenciam o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente de suas controladas de acordo com as políticas por estes estabelecidas.

Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com rating AAA, em acordo com a política aprovada pela Administração, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

As vendas de energia que geram as contas a receber de suas controladas são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	6.a	14.191	32.413	90.539	36.991
Contas a receber	7	-	-	14.455	7.734
Fundos vinculados	6.b	24.351	13.321	45.112	30.385
Total		38.542	45.734	150.106	75.110

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos que possuem rating entre AA- e AA+, baseado em agências de rating de crédito. A área financeira monitora constantemente o cenário econômico e os índices atrelados aos derivativos contratados.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia e suas controladas não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

2025		Fluxo de caixa contratuais					
Controladora	Nota	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	11	1.946	(1.946)	(1.946)	-	-	-
Debêntures	13	87.828	(87.828)	(3.242)	(624)	(2.839)	(81.123)
Financiamentos	12	551.051	(551.051)	(27.939)	(26.156)	(52.312)	(444.644)
Total		640.825	(640.825)	(33.127)	(26.780)	(55.151)	(525.767)

2025		Fluxo de caixa contratuais					
Consolidado	Nota	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	11	10.846	(10.846)	(10.846)	-	-	-
Debêntures	13	87.828	(87.828)	(3.242)	(624)	(2.839)	(81.123)
Financiamentos	12	748.905	(748.905)	(31.650)	(28.902)	(59.383)	(628.970)
Total		847.579	(847.579)	(45.738)	(29.526)	(62.222)	(710.093)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia e de suas controladas não efetuam investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Risco cambial

As controladas estão expostas ao risco cambial proveniente dos compromissos firmes referentes as aquisições de ativo imobilizado e na contratação de empréstimo na modalidade 4131 para as controladas da Companhia em 2025 e 2024. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o risco estava atrelado somente as oscilações do real versus dólar.

A política de gestão de risco cambial da Companhia é fazer *hedge* de 100% da sua exposição esperada em moeda estrangeira, em relação aos seus compromissos futuros. A Companhia utilizou contratos futuros para se proteger do risco cambial. Os compromissos futuros atrelados à moeda estrangeira tiveram seus vencimentos no ano de 2025. Todos os contratos futuros utilizados em 2025 e 2024 foram designados como *hedge* de fluxo de caixa.

As controladas designaram o elemento *spot* do contrato de câmbio a termo como o instrumento de *hedge* do risco cambial, aplicando uma taxa de *hedge* de 1:1. Os elementos futuros dos contratos de câmbio a termo são excluídos da designação de instrumento de *hedge*. A política da Companhia e de suas controladas é que as condições críticas dos contratos de câmbio a termo sejam consistentes com o item protegido.

As controladas determinaram a existência de uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos vencimentos. As controladas avaliaram se o derivativo designado em cada relação de *hedge* compensou as mudanças e se foram eficazes na compensação de mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*.

Risco de taxas de juros

A Companhia e suas controladas entendem que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de Sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e das controladas em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas de relatórios de mercado, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	2025	Sensibilidade				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
IPCA (a)	8,70%	8,70%	10,88%	13,05%	6,53%	4,35%
Risco de redução das taxas de juros e índices						
CDI (b)	14,90%	14,90%	18,63%	22,35%	11,18%	7,45%

Consolidado			Sensibilidade				
Risco de aumento (passivo)	Índice	2025	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Financiamentos	IPCA (a)	748.905	814.060	830.348	846.637	797.771	781.482
Debêntures	IPCA (a)	87.828	95.469	97.379	99.290	93.559	91.649
Total		836.733	909.529	927.728	945.927	891.330	873.131
Impacto no resultado do exercício			(72.796)	(18.199)	(36.398)	18.199	36.398
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI (b)	134.522	154.566	159.577	164.588	149.555	144.544
Impacto no resultado do exercício			20.044	5.011	10.022	(5.011)	(10.022)

(a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

(b) Certificado de Depósito Interbancário - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

24 Compromissos contratuais e garantias

Aluguéis dos parques solares

As Controladas da Companhia possuem contratos de arrendamentos firmados, onde suas contraprestações são variáveis e calculadas com base na geração de energia.

25 Cobertura de seguros e garantias financeiras

Por estar exposta a possíveis sinistros em suas atividades operacionais e administrativas, a Companhia e suas controladas adotam política de contratação de seguros e garantias financeiras a fim de garantir o funcionamento de suas operações, que estão sujeitas a (i) impactos negativos externos e falhas operacionais e (ii) eventuais reflexos de danos que impactam terceiros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Ribeiro Gonçalves Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26 Informações complementares ao fluxo de caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, estabeleceu que as transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa e equivalentes de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	<u>Notas</u>	<u>Controladora</u> 2025
Atividades de financiamento		
Outros resultados abrangentes	22.a	4.568
Total das atividades de financiamento		4.568
	<u>Nota</u>	<u>Consolidado</u> 2025
Atividades de financiamento		
Outros resultados abrangentes	22.a	4.568
Total das atividades de financiamento		4.568

27 Eventos subsequentes

Em 24 e 25 de fevereiro de 2025 a Companhia celebrou acordos para alienação de participações acionárias em determinadas controladas indiretas, por meio da venda de ações preferenciais (SPA) e contrato de ações de compra de ações (COA). A conclusão de cada operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, incluindo, entre outras: (i) aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); (ii) aprovações societárias em linha com a governança corporativa das partes; e (iii) aprovações e/ou anuências de credores. Os instrumentos têm como objetivo a estruturação de contratos de compra e venda de energia na modalidade de autoprodução.

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, as condições precedentes não haviam sido integralmente atendidas e, conseqüentemente, não houve transferência de riscos e benefícios nem mudanças nas participações societárias. Após a implementação das condições precedentes e o fechamento das operações, as transações não resultarão em alteração do controle das investidas.

As investidas objeto das operações estão apresentadas a seguir:

Investida	Controladora	% Participação	Valor da venda	Quantidade de ações
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	Ribeiro Gonçalves Holding	50,50%	100.000	COA
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	Ribeiro Gonçalves Holding	50,50%	100.000	COA
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	Ribeiro Gonçalves Holding	50,50%	100.000	COA

Diretoria Executiva

Liu Gonçalves de Aquino
Diretor Presidente

Raimundo Barretto Bastos
Diretor Financeiro

Bruno Ortega Janjacomio
Gerente Contábil
CRC 1SP-331491/O-4